



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	23292/2024
Data do Início	16/10/2024
Folha	51
Rubrica	

Maricá, 29 de outubro de 2024.

Processo nº 23292/2024

Trata-se o presente de Recurso interposto pela sociedade empresária UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. ao edital de Concorrência Pública nº. CP 01/2024, que tem por objeto a REMEDIAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREA DEGRADADA, ONDE OPEROU O ANTIGO VAZADOURO DE LIXO À CÉU ABERTO DE ITAPEBA.

A Recorrente alega inconformismo acerca de suposta irregularidade no documento de habilitação da empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A, em relação à declaração referente à empregabilidade de pessoa menor de dezoito anos – art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, bem como em relação ao atestado de capacidade técnica emitido por este Município.

A recorrida, às fls. 36/47, apresentou contrarrazões refutando as alegações.

A CPL, por sua vez, às fls. 49/50, opinou pelo deferimento quanto ao documento de habilitação, concordando com a não obrigatoriedade de menor aprendiz, visto que a lei que baliza esta licitação é a Lei nº 8.666/93, sendo apenas possível a obrigação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021, entretanto, ponderou quanto à possibilidade de ser informado pela requerida que a mesma realiza contratação de aprendiz. Em relação às questões referentes à qualificação técnica suscitadas pela recorrente, informa não possuir *expertise* para avaliar, sendo objeto de análise da Secretaria Requisitante.

Isto posto, entende esta Especializada que em relação à declaração referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, tem-se que sua exigência se refere à previsão constitucional, estando a exigência no subitem 11.1, a do diploma licitatório. Desse modo, deverá a recorrida atender em sua declaração o ali estipulado, o que deve ser certificado pela Secretaria.

Para efeitos didáticos, transcrevemos abaixo o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e no artigo 27, inciso V, da lei 8.666/93:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:  
(...)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	23292/2024
Data do Início	16/10/2024
Folha	52
Rubrica	

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

“Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(...)

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal”.

Logo, o propósito contido no Edital visa atender ao comando normativo elucidado na lei 8.666/93 e na supracitada previsão constitucional, no sentido de impedir o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, não havendo óbice ao trabalho de aprendiz a partir de quatorze anos, razão pela qual deve prevalecer o atendimento da documentação que preencha o conteúdo ora exposto.

Ademais, não obstante a legislação utilizada no presente procedimento licitatório, qual seja, Lei nº 8.666/93, não indicando a obrigatoriedade em relação à contratação do aprendiz, verifica-se que a recorrida em suas contrarrazões (item 20, fl. 40) afirma que emprega menores na condição de aprendizes. Desse modo, possui razão a CPL ao afirmar que apesar de não precisar comprovar cota mínima de contratação, deveria ter informado em sua declaração que emprega pessoa nessa condição, já que a mesma dispõe dessa opção, conforme Anexo II, B do Edital, o que deve ser ponderado pela Secretaria.

Feitas as devidas considerações, sugere-se que o órgão consulente proceda a sua decisão em harmonia ao princípio da instrumentalidade das formas e do formalismo moderado, de modo a evitar rigorismos exacerbados, razão pelo qual se deve inabilitar licitantes apenas em casos que as suas documentações não atendam ao conteúdo especificamente exigido pela Lei Maior e pelo artigo 27, V da lei 8.666/93, aspecto este explicitamente retratado no item 11.1 do instrumento convocatório.

Logo, para que realize a sua decisão em compatibilidade com o ordenamento jurídico, parece-nos necessário que a Secretaria Requisitante proceda a diligências, para fins de verificar se a licitante efetivamente atende, ou não, aos comandos constitucionais e legais ora retratados, mediante a comprovação por documentos preexistentes à abertura da sessão pública (TCU - Acórdão 1211/2021).

Por fim, quanto às indagações suscitadas pela recorrente referentes ao atestado de capacidade técnica, esta Especializada, na mesma esteira da CPL, ao analisar os autos entende que por se tratarem de questionamentos técnicos, este Órgão Jurídico não detém *expertise* adequada para analisá-los, devendo a área



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	23292/2024
Data do Início	16/10/2024
Folha	53
Rubrica	

técnica da Secretaria da Cidade Sustentável manifestar-se sobre a matéria através de justificativa detalhada, assinada por profissional, com capacidade para examinar os apontamentos levantados.

Resta consignar que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas para fins de legalidade do procedimento licitatório, não podendo desrespeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à Autoridade Competente proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

À Secretaria da Cidade Sustentável,

7/

**FABRÍCIO MONTEIRO PORTO**  
Procurador-Geral do Município

**Ramires Beltrão do Valle**  
Subprocurador-Geral  
Matricula. 112083  
Prefeitura de Maricá